

JORNAL DOS VIGILANTES

BOLETIM INFORMATIVO DO SINDVIG/FPOLIS

Sindicato dos Empregados em Empresas de Vigilância e Segurança Privada Prestadoras de Serviços no Município de Florianópolis
Rua Vidal Ramos, 53, sl 104, Centro, Fpolis/SC • CEP88010-320 • www.sindvigfpolis.com.br • contato@sindvigfpolis.com.br • (48) 3223-4636



Filiado à:
FEVASC
CONTRASP
UGT

JULHO DE 2016

Campanha por segurança privada 24 horas nas agências bancárias e cooperativas de crédito

O SINDVIG/Fpolis está estudando junto às suas assessorias a melhor forma de encaminhar um projeto de Lei que institua a segurança 24 horas, ininterruptas, nas agências bancárias e cooperativas de crédito. A Confederação Nacional dos Vigilantes (CONTRASP) apoia essa luta, além do projeto referente ao piso nacional de salários e o de porte de arma estendida para os vigilantes, todas lutas impor-

tantes e significativas para os profissionais.

A volta da vigilância 24 horas nas agências bancárias é uma reivindicação dos trabalhadores da segurança privada, mas não somente deles. Em diversas cidades e estados brasileiros esta luta tem encontrado apoio de outras categorias e de suas entidades representativas.

Os trabalhadores recordam que quando os bancos contratavam vigilantes noturnos, há alguns

anos, o número de ataques aos estabelecimentos financeiros era bem menor. “Ao cortarem milhares de vigilantes noturnos, os bancos reduziram os seus custos, mas as agências ficaram mais vulneráveis, e quase todos os dias ocorrem explosões de caixas eletrônicos, diante da fragilidade da segurança das agências”, lembrou o presidente do SINDVIG Luiz Carlos da Silva.

A direção do Sindicato vai intensificar a campanha na região de Florianópolis e buscar a parceria de outras entidades de vigilância no estado e também o apoio de outras categorias. “Para outras categorias, qualquer que seja a parceria é bem-vinda nessa luta, que é de todos os trabalhadores”, disse o diretor Risoli de Jesus.

Para o diretor Fabricio

Sounis, é grande o risco que a população enfrenta de ataques com explosivos e assaltos aos caixas eletrônicos, com reféns. “Muitas agências ficam localizadas no térreo de prédios residenciais ou próximas de comércio que funciona à noite, aumentando o risco de vítimas humanas”, alertou Fabricio. “Apoiamos esse projeto porque a questão principal é a segurança das pessoas e julgamos insuficiente a segurança que os bancos oferecem”, afirmou.

O SINDVIG/Fpolis e a FEVASC, em parceria, trocarão informações sobre o andamento de projetos em nível estadual e nacional, atuando para que a maior segurança nas empresas financeiras também se tornem uma realidade na capital e em todo o estado catarinense.



Mais vagas de emprego para vigilantes mulheres

Igualdade de oportunidades também na profissão de vigilante. Essa é a luta do SINDVIG/Fpolis, com objetivo de dar oportunidade às mulheres que fazem curso e se capacitam para a função.

De acordo com o presidente do Sindicato Luiz Carlos da Silva, as empresas preferem contratar homens, discriminando as mulheres, independente de sua qualificação. “Nossa luta é por oportunidade de emprego, salários e direitos iguais para as mulheres vigilantes”, afirmou Luiz Carlos.

Vamos vigiar pela
IGUALDADE DE OPORTUNIDADE DE EMPREGO para as
MULHERES VIGILANTES

Qualificação para o trabalho não é uma questão de gênero





Através da parceria existente entre o SINDVIG Florianópolis e o Escritório Leonardo Ávila Advocacia, inúmeras ações para defesa dos interesses dos trabalhadores da classe são propostas de forma individual e também coletiva.

Na seara individual o Escritório tem obtido êxito nas ações para reversão da justa causa, rescisão indireta, horas extras devido a descaracterização de jornada autorizada pela CCT, bem como pagamento da dobra decorrente da Súmula 444 do TST (domingos e feriados), entre outras.

Ainda na esfera individual, a Assessoria Jurídica do Sindvig Florianópolis tem atuado em várias frentes para bloquear valores de empresas junto aos tomadores, com o objetivo de garantir o pagamento de verbas rescisórias e outras verbas inadimplidas pelo patrão no transcurso do contrato de trabalho.

Na seara coletiva, o Sindicato propôs diversas ações, com o objetivo de garantir o pagamento de vários direi-

tos sonegados pelos empregadores, sendo que em breve os trabalhadores serão convocados para comparecer ao sindicato e assinar a documentação para individualização dos seus valores.

Ademais, no que diz respeito a empresa INVIOSAT, que abandonou vários trabalhadores sem pagamento de verbas rescisórias, o Sindicato juntamente com a FEVASC conseguiu fazer um bloqueio de valores e grande parte dos trabalhadores já recebeu suas verbas rescisórias de forma parcial, entretanto, o valor é PARCIAL e os trabalhadores precisam procurar o sindicato para cobrar o restante contra o tomador do serviço prestado.

Por fim, relembramos que o atendimento dos trabalhadores no sindicato ocorre todas as terças no período matutino e sextas no período vespertino, bastando o amigo vigilante fazer contato prévio com o sindicato e agendar o seu horário.

Assessoria Jurídica do SINDVIG/FPOLIS

Saque do FGTS dos ex-trabalhadores da Inviosat

O prazo para pegar a Ata da Audiência para saque do FGTS no Sindicato vai até o dia 30 de julho de 2016. Em caso de dúvida, entre em contato com a assessoria, no Sindicato.

Confira se seu nome está na relação de ex-trabalhadores da Inviosat, para saque do FGTS.

- Andreia Mendes Machado
- Artur Teodora da Luz Neto
- Carlos Vieira de Souza
- Cristiane da Cruz Falacio
- Cristiano Leivas Darde
- Cristiano Milton Marques
- Daltro Luiz Cairuga
- Eduardo Luiz Barbosa
- Elaine Camacho
- Everton Nilton da Cruz
- Fernando Francisco Rocha
- Fernando Sousa Magalhães
- Gislene Janaina da Silva
- Hary Willian Siqueira
- Jailton Carvalho Amorim
- Jonatta Lemos
- José Roberto Alves Costa
- Josias Evangelista Dias
- Juliano Peres de Espindola
- Leomar Johann da Silveira
- Luiz Alberto Vieira Pucci
- Luiz Fernando Medeiros
- Marcelo Amora
- Marcos Antonio Neuhaus
- Marcus V. Margarido Filho
- Maria Juciene Cajueiro Neves
- Maristela Lucio Luiz Victor
- Marivone Campos
- Mauricio Correa Guterres
- Natan Flavio Moreira da Costa
- Nelson Silva de Souza
- Noresvaldo da Silva
- Pamela Marcelino Ramos
- Paulo Roberto da Silva Matos
- Priscila Gonçalves da Silva
- Rafael Osli Soares
- Ricardo de Souza Lessa
- Sady Da Silva da Silva
- Sidonir João Duarte
- Solange Ap. Oliveira dos Santos
- Vicente Silveira de Oliveira
- Vinicius Borges Semiano
- Wanderson da Conceição Rabelo
- Wblendson Marcos da Silva

Empresas precarizam direitos trabalhistas dos vigilantes

O SINDVIG denuncia que muitas empresas estão trocando a mão de obra especializada em segurança privada por monitores de acesso (controladores de acesso), precarizando os direitos trabalhistas dos vigilantes no Estado de Santa Catarina.

O vigilante, de forma específica, é regido pela Lei 7.102/1983.

O passo inicial para ingressar na carreira é realizar o curso de vigilante atendendo aos pré-requisitos, conforme a Portaria 3233/2012 da Polícia Federal, que regula a atividade dos cursos de formação. São 200 horas de curso dedicadas ao aprendizado de Noções de Segurança Privada, Legislação Aplicada, Direitos Humanos e Relações Humanas no Trabalho, Sistema de Segurança Pública e Crime Organizado, Prevenção e Combate a Incêndio e Primeiros Socorros, Educação Física, Defesa Pes-

soal, Armamento e Tiro, Vigilância, Rádio Comunicação e Alarmes, Criminalística, Técnica de Entrevista entre outros assuntos abordados.

Para garantir um aprendizado contínuo e atualizado, o trabalhador vigilante terá que passar por reciclagens, que acontecerão a cada dois anos. Assim se garante à população que aqueles e aquelas que trabalham como vigilantes estejam aptos para garantir a segurança com a devida capacitação. Isso não ocorrerá com as novas contratações, que substituem os vigilantes por monitores de acesso. O objetivo principal da troca é a redução de custos, isto é, salário menor e sem direito à periculosidade e outros benefícios conquistados com muita luta ao longo dos anos.

O SINDVIG/Fpolis, em união com a FEVASC e demais sindicatos, combaterá arduamente essa forma irregular de contratação.

Difamação, injúria e calúnia são crimes contra a honra



Os Sindicatos trabalham todos os dias para representar o direito dos vigilantes e os interesses individuais dos associados, relativos à atividade profissional. Porém, falsas alegações contra os Sindicatos infelizmente têm ocorrido, prejudicando a honra dos trabalhadores que estão lutando pela categoria. Mas mentira pode custar caro.

Segundo o nosso Código Penal, os crimes contra a honra são distinguidos em três: difamação, injúria e calúnia. Acusar alguém de um fato desonroso, ofensivo à sua reputação, é crime de difamação. A violação pode gerar detenção de três meses a um ano, além de multa.

Já a injúria consiste em ofender a dignidade ou decoro, com pena de um a seis meses ou multa; mas é importante lembrar que se o crime for decorrente da raça, cor, etnia, religião ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência, a pena aumenta para reclusão de um a três anos, mais multa.

Por fim, acusar falsamente fato definido como crime é enquadrado como calúnia. A pena é de seis meses a dois anos e multa, também aplicável a quem sabe da falsa acusação e divulga.

Deputado Valduga apresenta projetos em prol da categoria

Tramita na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) o Projeto de Lei 452/2015, de autoria do deputado Cesar Valduga (PCdoB), que assegura a alternância postural para trabalhadores do setor de vigilância em todo o Estado. A proposta é garantir aos vigilantes que, a cada duas horas trabalhadas continuamente em pé, possam manter-se sentados por 15 minutos, não prejudicando o intervalo intrajornada previsto no artigo 71 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

O problema de saúde mais comum à categoria, apontado tanto pelo Sindicato como por trabalhadores, é a ocorrência de varizes. Na maioria dos casos, os vigilantes cumprem jornadas de oito horas diárias ou mais, como ocorre nas escalas de 12x36.

Também seguem em estudo outros dois projetos de interesse da

categoria. O primeiro diz respeito à fixação de cartaz alertando para as penalidades em casos de prática delituosa contra vigilantes no exercício de sua função, uma proposta parecida com a que resultou na fixação do cartaz que diz: “Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela é crime”.

O segundo trata da criação de mecanismos que assegurem o cumprimento de obrigações trabalhistas de empresas de vigilância em contratos com o Estado, como a possibilidade da criação de um fundo de reserva para casos de falência.

O deputado é autor de diversas indicações e moções que reivindicam melhores condições de trabalho, remuneração e segurança para os vigilantes, seguranças e trabalhadores em transporte de valores em Santa Catarina.



QUANDO VOCÊ SE **SINDICALIZA**, DIZ

SIM

PARA A DEFESA DA SUA **QUALIDADE DE VIDA E DE TRABALHO**

APOIE E PARTICIPE DAS LUTAS DO SEU SINDICATO

Pela conquista do Piso Nacional dos Vigilantes

SINDVIG/Fpolis está na luta, junto com entidades da categoria de todo o Brasil, pela aprovação do Projeto de Lei

A Contrasp (Confederação Nacional dos Trabalhadores de Segurança Privada) tem como uma de suas bandeiras de luta o Projeto de Lei 4.238/12 e o SINDVIG tem acompanhado o andamento do Projeto de Lei. A proposta pretende fixar o Piso Nacional dos Vigilantes em R\$ 3.182,96, conforme cálculo do Dieese.

O SINDVIG tem recebido ligações de vários trabalhadores para saber se foi aprovado o Piso Nacional. Entretanto, ainda há um longo caminho até chegar na aprovação. Atualmente, o Projeto se encontra em "Proposição sujeita à apreciação do Plenário" e tramita em regime de prioridade.

Para o presidente do SINDVIG/Fpolis, Luiz Carlos da Silva, "Sabemos do risco de vida que todo vigilante sofre no seu cotidiano e, mesmo assim, as empresas não reconhecem o trabalhador, não repassam um salário justo, muitas vezes nem mesmo boas condições de trabalho". Ele lembrou que, assim como o Adicional por Risco de Vida levou mais de dez anos para se tornar realidade, também esse Projeto de Lei só se realizará com muita luta e unidade da categoria. "Lanço aqui um desafio: vejo muitos vigilantes ficarem nas redes sociais criticando os dirigentes sindicais, mas não se integram na luta, vamos discutir e ter como assunto de pauta os projetos da categoria, isso sim é motivo justo de discussão, integração e fortalecimento", afirmou Luiz Carlos. Ele pediu ainda que os vigilantes fiquem atentos aos candidatos que são escolhidos para nos representar, "Somos trabalhadores e devemos apoiar quem representa a classe trabalhadora e não a empresarial", concluiu.

Votar corretamente, de forma consciente, é muito importante, pois são os vereadores, deputados estaduais e federais que tomam decisões com impacto direto na vida e trabalho de cada cidadão. Atualmente projetos fundamentais tramitam no Congresso a nível Nacional e Estadual, além do Projeto do Piso Nacional, como a criação do Estatuto da Segurança Privada, em tramitação na Câmara Federal - é com ele que será conquistada a legalidade, fortalecendo a categoria.

O Projeto que institui o Piso Salarial de R\$ 3.182,96 em tramitação no Senado Federal. Se você quiser acompanhar, acesse: www.camara.gov.br. Fique atento e não se deixe enganar: Juntos somos mais fortes!



SALÁRIO MÍNIMO DO DIEESE R\$ 3.182,96

ESTATUTO DA SEGURANÇA PRIVADA

ARMAMENTOS MAIS MODERNOS

PORTE DE ARMA EM TEMPO INTEGRAL



DEVER DE PROTEGER **DIREITO DE SE DEFENDER**

CAMPANHA NACIONAL PELA EXTENSÃO DO PORTE DE ARMA PARA OS VIGILANTES

CONTRASP



Atualize seus dados!

Mudou de empresa, telefone residencial ou celular ou até mesmo de endereço?

Não se esqueça de atualizar seus dados para que assim você possa receber em casa os informativos do SINDVIG.

Entre em contato conosco:

Telefone: **(48) 3223-4636**

E-mail: **contato@sindvigfpolis.com.br**